

Sumário

1. Arbitragem e Confidencialidade.....	7
1.1 Vantagens da confidencialidade na arbitragem	7
1.2 A confidencialidade como atributo do procedimento arbitral.....	14
1.2.1 Confidencialidade no procedimento arbitral brasileiro... <td>22</td>	22
1.2.1.1 Dever de discrição dos árbitros.....	24
1.2.1.2 Dever de confidencialidade das instituições arbitrais	27
1.3 Confidencialidade, privacidade e sigilo	29
2. Arbitragem como Jurisdição.....	35
2.1 Natureza jurídica da arbitragem.....	35
2.1.1 Teoria contratual	35
2.1.2 Teoria jurisdicional.....	37
2.1.3 Teoria mista	43
2.1.4 Teoria autônoma	44
2.1.5 Conclusão.....	46
2.2 A publicidade como valor para a jurisdição	49
3. Publicidade da atividade jurisdicional e jurisprudência....	55
3.1 A contribuição da jurisprudência	58

3.2 A contribuição da jurisprudência – perspectiva econômica e social	64
3.3 Missão do poder jurisdicional.....	72
3.4 Transparência e legitimidade	75
4. Críticas à formação de uma jurisprudência arbitral.....	83
5. Divulgação e confidencialidade	95
5.1 Publicação como fonte de jurisprudência e confidencialidade	96
5.2 O objeto do interesse social	98
5.3 A conveniência do particular	100
5.4 Função social e confidencialidade	105
5.5 Seleção das decisões e do conteúdo da divulgação ...	111
5.5.1. Nome dos árbitros.....	119
5.5.2 Expurgo dos dados privados e confidenciais	126
5.6 Acessibilidade das decisões	131
5.6.1 O papel dos órgãos arbitrais institucionais	133
6. A divulgação das decisões arbitrais no Brasil	141
6.1 Corte Internacional de arbitragem da Câmara de Comércio Internacional (CCI).....	144
6.2 Câmara de Arbitragem do Mercado (CAM)	148
7. A Experiência na Prática das Instituições Arbitrais	151

8. Diretrizes para a Divulgação das Decisões Arbitrais	155
8.1 Detalhamento nos regulamentos de arbitragem	155
8.1.1 Critérios de seleção	157
8.1.2 Conteúdo desejável	159
8.1.3 Critério de expurgo.....	160
8.1.4 Acesso e formato	161
Conclusão	163
Referências.....	169
Anexo A – Formulário de Pesquisa	189